

A Regulação do Sector Energético

Seminário Internacional Portugal - Brasil

Vítor Santos

16 de Fevereiro de 2012



Agenda

- 1. Liberalização do sector Energético na União europeia**
- 2. Liberalização do sector eléctrico em Portugal**
- 3. Liberalização do sector do gás natural em Portugal**

Liberalização do sector eléctrico na União europeia

O Quadro de Partida: contexto da regulação

Competitividade

Mercados certificados verdes e brancos;
Leilões para renováveis,
Leilões para Programas de eficiência energética;
Smart metering;
Smart grids.

Mercados grossistas de energia,
mercados de serviços de sistema,
Mercados retalhistas,
Eliminação progressiva das tarifas de Venda a Clientes Finais para fornecimentos, Diversificação aprovisionamento, Reforço de infra-estruturas de entrada e transporte.

Os três pilares da política energética

Sustentabilidade

Internalização das externalidades ambientais;
Promoção de energias renováveis;
Promoção da eficiência no consumo.

Segurança de Abastecimento (Segurança, disponibilidade e suficiência)

1.º e 2.º Pacote da Liberalização do sector Energético

- As primeiras directivas europeias dos mercados internos da electricidade (Directiva 96/92/CE) e do gás natural (Directiva 98/30/CE) foram publicadas, respectivamente, em Dezembro de 1996 e em Junho de 1998;
- Em 2003, ambas foram revogadas pelas segundas directivas do mercado interno da energia, que actualmente ainda se encontram em vigor (Directivas 2003/54/CE e 2003/55/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003).

O processo de liberalização do mercado europeu de energia baseia-se, essencialmente, nos seguintes princípios:

- Liberdade de investimento e comércio em todo o espaço comunitário;
- Acesso regulado e não discriminatório às infra-estruturas (redes de transporte e de distribuição e terminais de GNL);
- Liberdade de escolha de fornecedor atribuída a todos os consumidores.

Em 13 de Julho de 2009 foram publicadas as novas directivas que estabelecem regras comuns para a liberalização dos mercados de electricidade e do gás natural. O 3º Pacote Europeu de Legislação sobre os Mercados de Electricidade e Gás apresenta como aspectos mais relevantes, propostas para:

- Separação efectiva das actividades de transporte em relação à produção e à comercialização;
- Harmonização dos poderes e do grau de independência dos reguladores nacionais;
- Estabelecimento de uma instituição que promova a cooperação entre os reguladores europeus: Agência para a Cooperação dos Reguladores (Nacionais) da Energia.

- A construção do mercado interno de electricidade têm-se revelado um processo complexo e demorado.
- A criação de mercados regionais constitui um passo intermédio para a construção do mercado interno de electricidade, com as seguintes vantagens:
 - Os mercados regionais agrupam realidades mais próximas entre si.
 - A integração dos mercados nacionais em mercados regionais permite velocidades de adaptação/harmonização diferentes para atingir a meta – mercado interno de electricidade.
- Esta abordagem, apoiada pela Comissão Europeia, reconhece que a transição dos mercados nacionais para um mercado único europeu será muito difícil de atingir de uma só vez.

- Em 2006 foram lançadas as designadas “Iniciativas Regionais”, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos mercados de gás e de electricidade.
- Para a electricidade foram identificados 7 potenciais mercados regionais.
- Portugal e Espanha integram a iniciativa regional para o Sudoeste da UE, que também inclui a França.



Iniciativas regionais – ERGEG	
Central Oeste	Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo e Holanda
Central Este	Áustria, República Checa, Alemanha, Hungria, Polónia, Eslováquia e Eslovénia
Central Sul	Itália, Áustria, França, Alemanha, Grécia e Eslovénia
Norte	Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Noruega, Polónia e Suécia
Sudoeste	Espanha, França e Portugal
Báltico	Letónia, Estónia e Lituânia
França - UK - Irlanda	Reino Unido, França, República da Irlanda e Irlanda do Norte

O desenvolvimento e aprofundamento do MIBEL e MIBGAS constituem **processos graduais e continuados** que integram, quer **a visão política e regulatória**, quer **a visão dos vários interessados nos sectores eléctrico e do gás natural**, em particular os **consumidores e a indústria**. A integração das várias visões e perspectivas é efectuada através da utilização privilegiada de processos transparentes de consulta pública.

A integração dos mercados eléctrico e de gás natural de Espanha e Portugal é benéfica para os consumidores de ambos os países.

O MIBEL e o MIBGAS contribuem para:

- **Aumentar a segurança de fornecimento** através da integração e coordenação de ambos os sistemas eléctrico e de gás natural e do reforço das interligações.
- **Aumentar o nível de concorrência** reflectindo a maior dimensão do mercado e o aumento do número de participantes.
- Simplificar e **harmonizar o quadro regulatório** de ambos os países.
- **Incentivar a eficiência** das actividades reguladas e liberalizadas, bem como a **transparência do mercado**.

Os processos de harmonização e construção do MIBEL e do MIBGAS têm sido desenvolvidos de forma gradual e de **mútuo acordo entre Espanha e Portugal**, estando subjacente uma contribuição activa de ambos os países na **construção do Mercado Interno de Energia (MIE)**.

Sistema Eléctrico Ibérico

Portugal

**6 milhões de
consumidores**

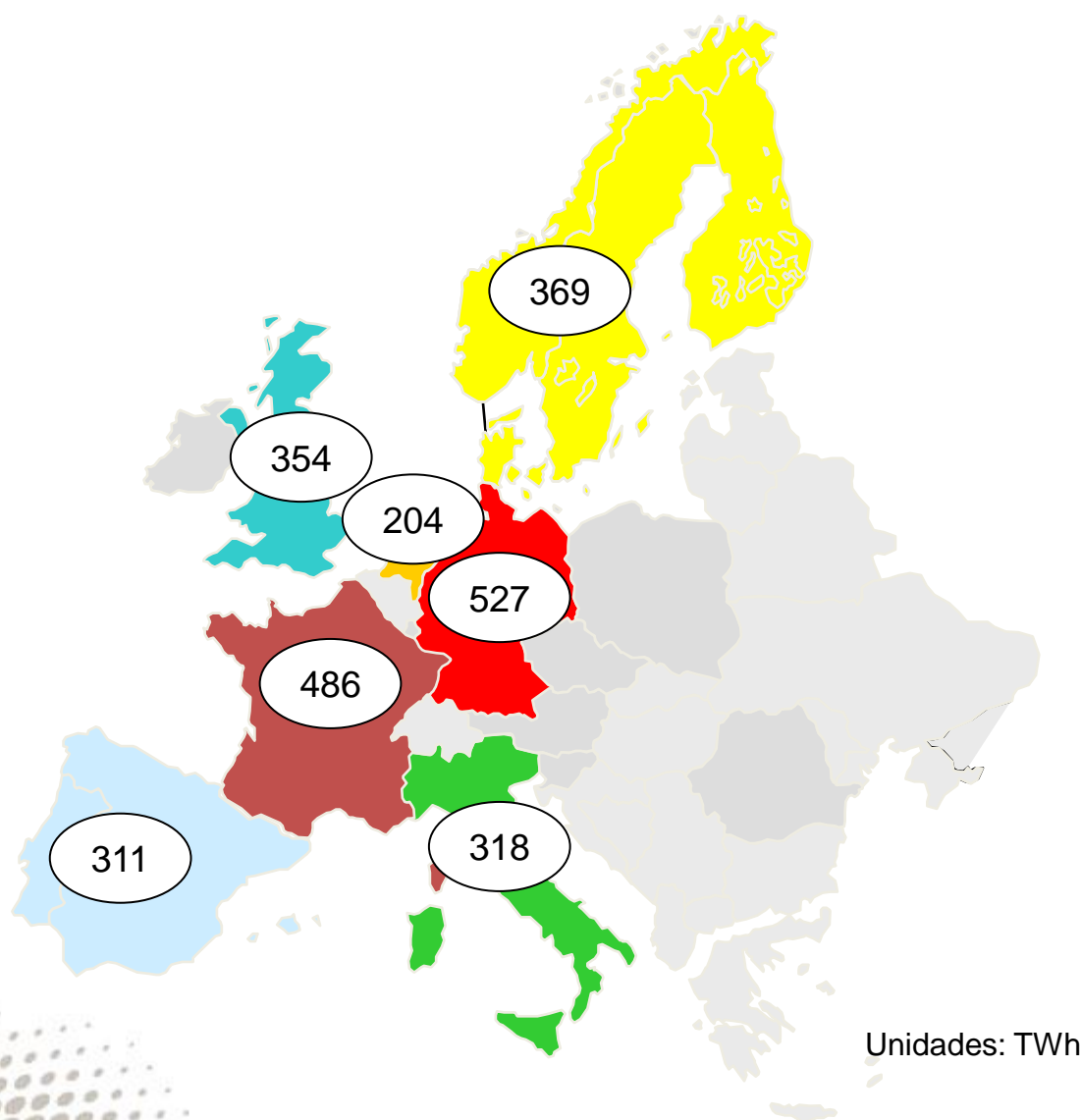
49 TWh
13,4 GW



Espanha

**24 milhões de
consumidores**

232 TWh
71,8 GW

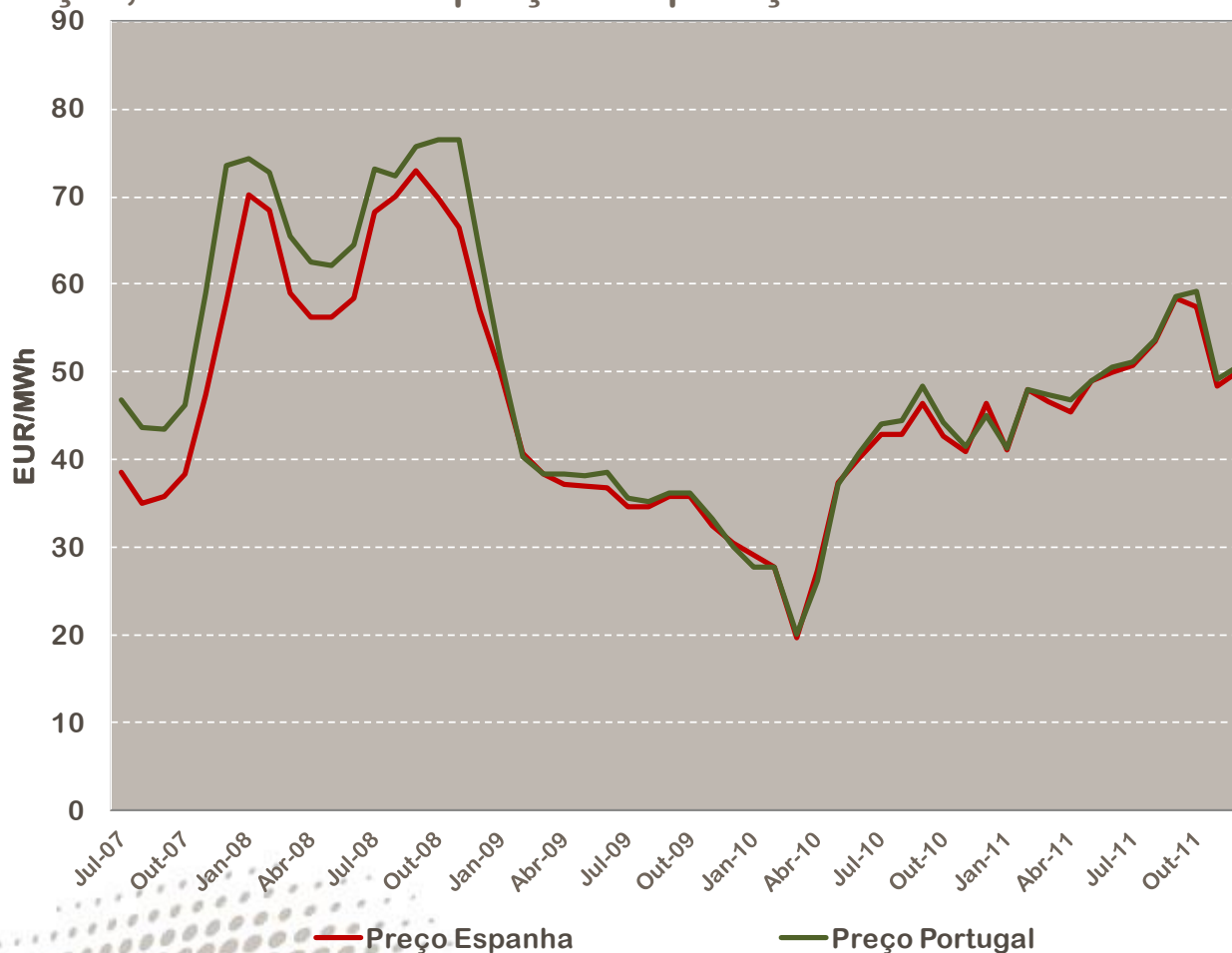


O que já foi concretizado

- **Reforço da interligação** Portugal-Espanha.
- **Aumento das transacções** de energia eléctrica entre os dois países e **actuação ibérica** dos principais grupos empresariais eléctricos.
- Criação do **Conselho de Reguladores do MIBEL**.
- Criação do **OMIP (Mercado a Prazo, Pólo Português) e, mais recentemente, criação do Operador de Mercado Ibérico (OMI)**, a partir da integração dos dois pólos nacionais actualmente existentes..
- **Maior transparência** no sector eléctrico ibérico com divulgação pública da informação em conformidade com os Regulamentos Europeus e alinhado com as melhores práticas internacionais.
- Entrada em **funcionamento do mercado diário e intradiário ibérico** e do mecanismo de **"market splitting"** na gestão conjunta de congestionamentos da interligação PT-ES.
- Proposta de metodologia harmonizada para o cálculo das tarifas de acesso elaborada pelo CR Mibel foi concluída e remetida aos Governos de Portugal e de Espanha em 4 de Março de 2011

Evolução positiva do mercado diário do MIBEL: A separação entre os mercados é hoje muito baixa – 8,5% no final de 2011, face aos 80,6% registados em 2007 – e a diferença de preços é hoje residual – 53 cêntimos por MWh face aos 9,98 euros de 2007.

Preços, diferenças de preço e separação de mercado



Aumento da integração de mercado

- Redução do número de horas e da % tempo de separação de mercado
 - 2007 – 81%
 - 2008 – 62%
 - 2009 – 25%
 - 2010 – 21%
 - 2011 – 8,5%
- Redução dos diferenciais de preço de mercado
 - 2007 – 9,98€/MWh
 - 2008 – 5,55 €/MWh
 - 2009 – 0,67 €/MWh
 - 2010 – 0,32 €/MWh
 - 2011 – 0,53 €/MWh

Em concretização

- **Redução das assimetrias regulatórias** em linha com o 3.º Pacote Legislativo Europeu sobre Energia.
- Aprofundamento e integração de **mecanismos de segurança de abastecimento** e de apoio em situações de escassez.
- Aprofundamento da **coordenação ibérica no planeamento e construção de infra-estruturas de transporte** envolvendo os agentes de mercado.
- **Harmonização** das condições de aplicação das **tarifas de último recurso**.
- **Aproveitamento das sinergias** no desenvolvimento do MIBEL e MIBGAS e das Iniciativas Regionais ERI Sudoeste e GRI Sul.
- **Harmonização das tarifas e condições de acesso** aplicáveis às interligações de gás natural (eliminação do pancaking de tarifas).

Através do aprofundamento da integração dos mercados e do reforço da supervisão

**MIBEL
+
Mercado do
Sudoeste**

- Aprofundamento dos mecanismos de troca e partilha de informação
- Leilões da PRE
- Tratamento harmonizado de questões estruturais de mercado (i.e. a produção em regime especial, em consulta pública no âmbito do MIBEL)

**MIBGAS
+
Mercado do
Sul**

- Aprofundamento das condições de harmonização do mercado
- A eliminação do pancaking de tarifas no mercado ibérico
- Harmonização dos mecanismos de atribuição de capacidade e gestão de congestionamentos na interligação

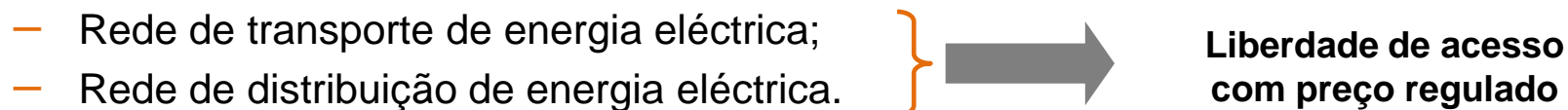
Reforçar a supervisão dos mercados grossista e retalhista

Liberalização do sector eléctrico em Portugal

Separação das actividades no sector eléctrico



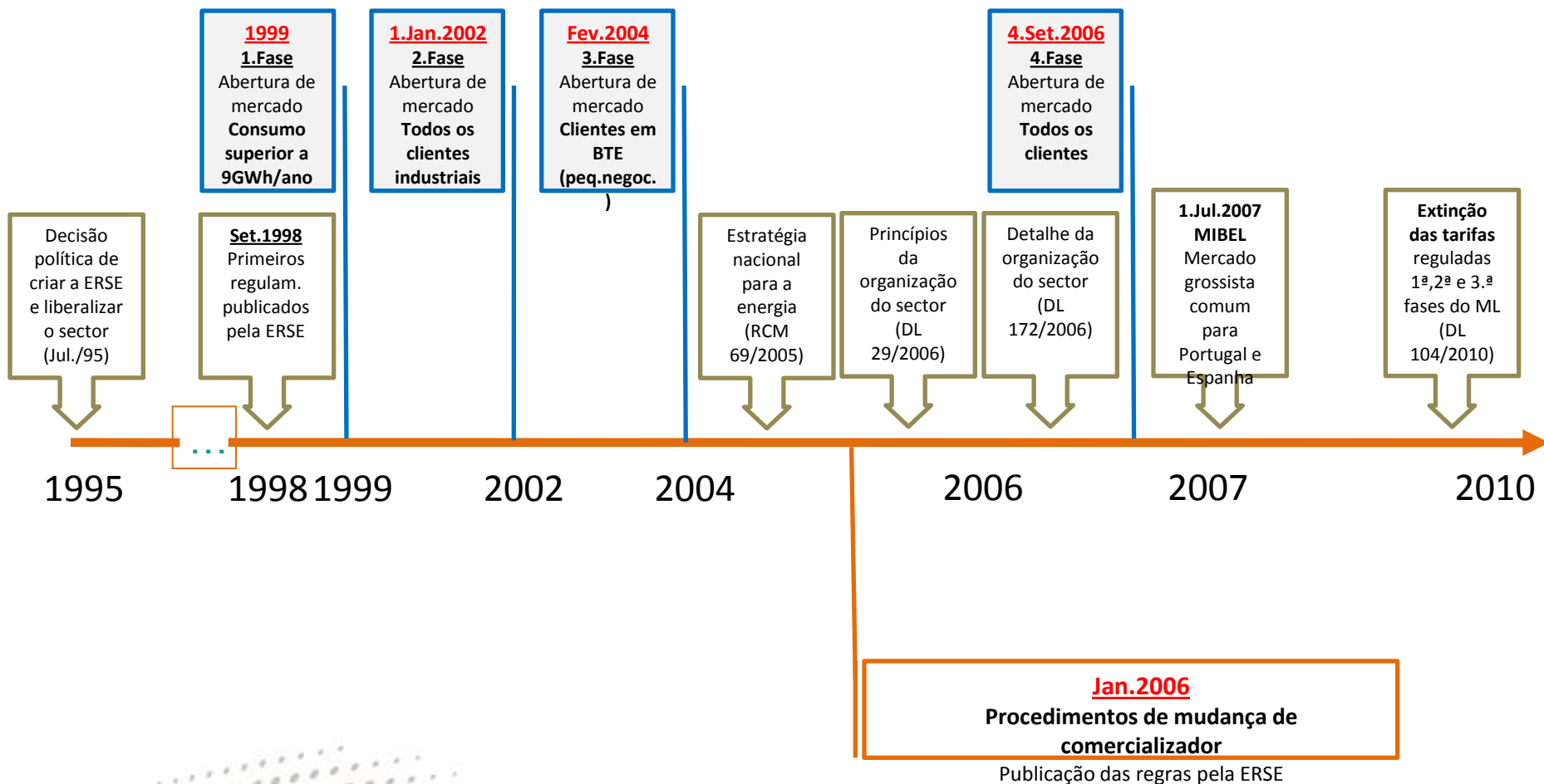
Regulação dos monopólios naturais

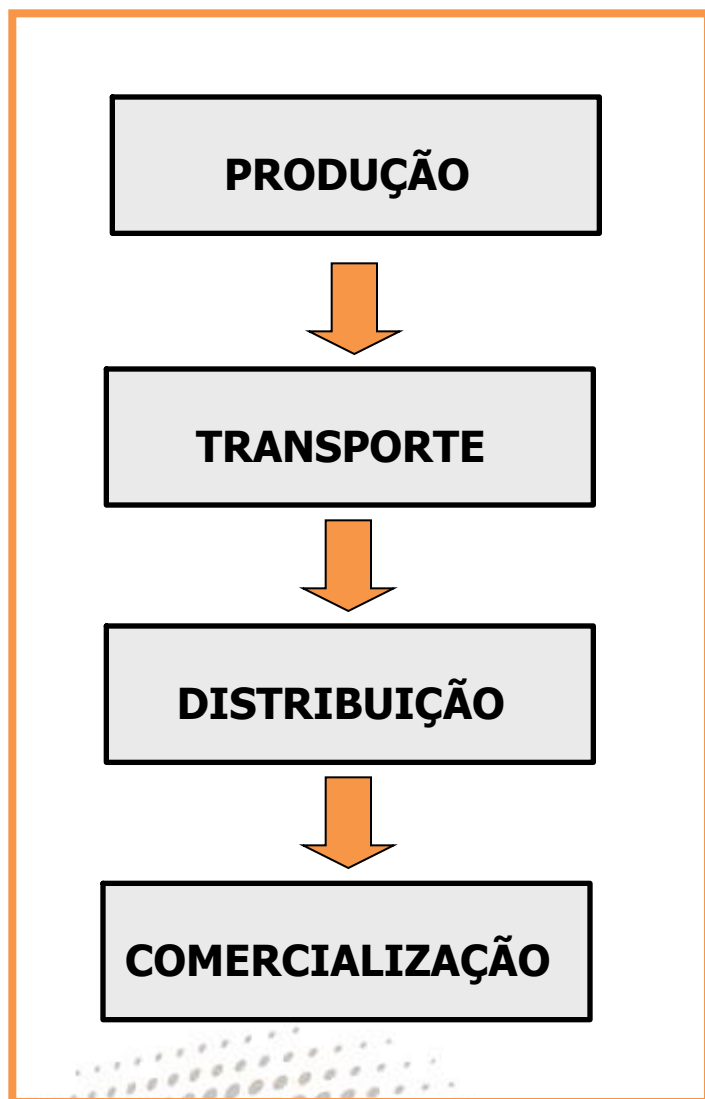


Preço final da energia reflecte várias “parcelas” (tarifa aditiva)

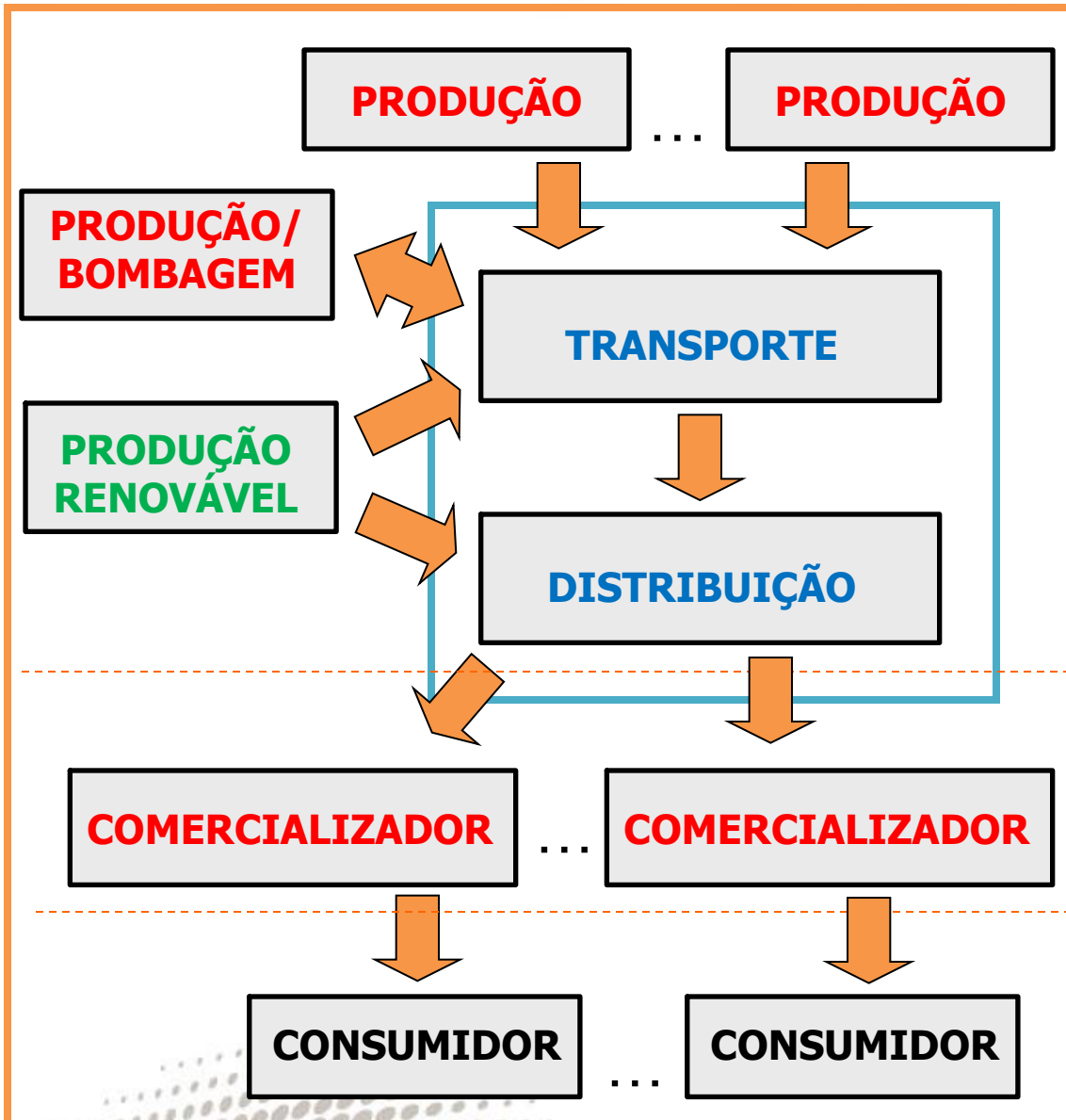
- Serviços de interesse económico geral;
- Acesso às redes;
- Energia.

Cronograma





- Verticalmente integrado
- Monopólio
- Tipicamente propriedade estatal
- Horizontalmente integrado
- Não existência de possibilidade de escolha de comercializador



Separação de Actividades

- Concorrência (poucos agentes de grande dimensão)
 - Preço regulado (agentes de média dimensão)
 - Monopólio
 - Regulado
 - Acesso a todos os agentes
-
- Concorrência (poucos agentes de grande dimensão, os mesmos da actividade de Produção)
-
- Escolha livre de comercializador (milhares de agentes, elevada assimetria de informação, procura inelástica)

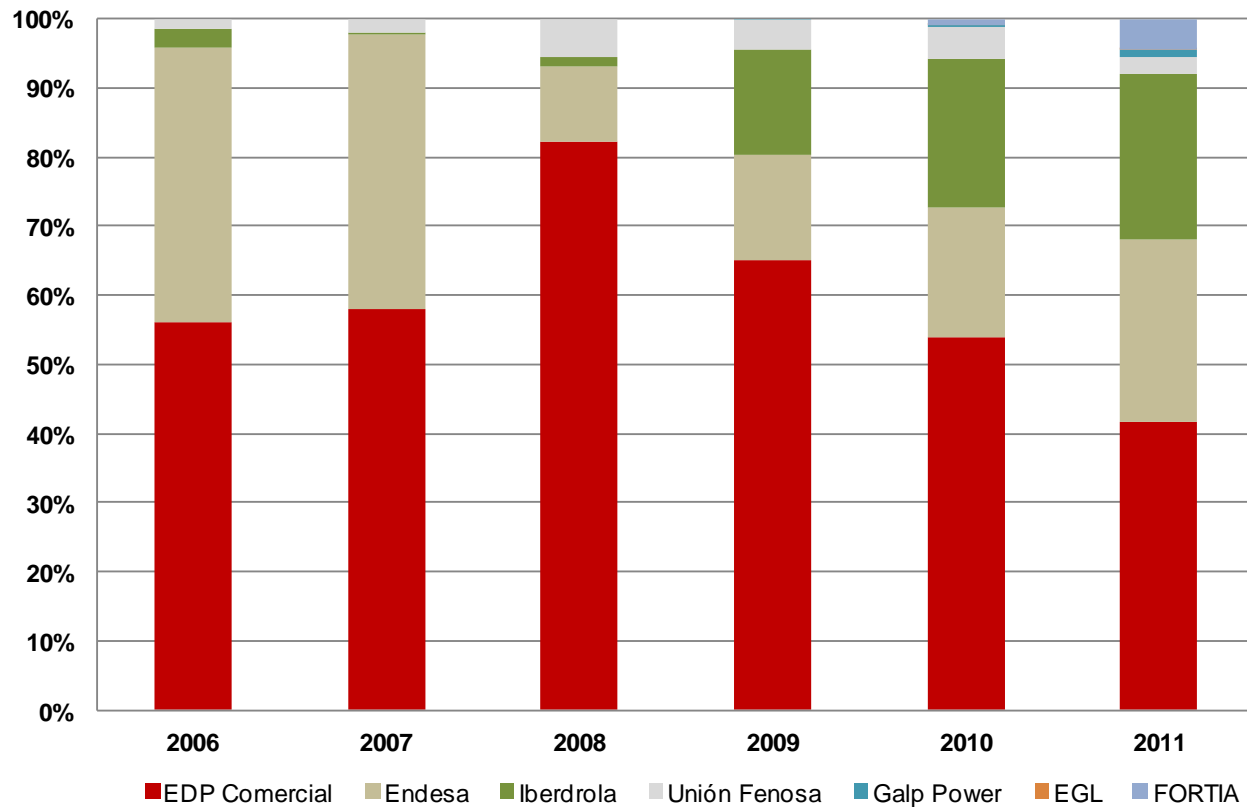
O que foi feito?

A. Aumento da concorrência promovendo a entrada de novas empresas e reduzindo a quota de mercado do incumbente:

- mercado liberalizado de eletricidade representava em Dezembro de 2011, 49,4% do consumo global de eletricidade;
- mercado conta com sete operadores;
- a quota de mercado da EDP Comercial, em termos de consumos abastecidos, desceu, em Dezembro 2011, para 41% .
- assiste-se a uma redução progressiva da concentração de mercado, sustentada pela perda de quota do principal operador de mercado (EDP) : em termos médios anuais houve um aumento da componente do mercado livre para 47% em 2011 e uma redução da quota do principal operador para 41%

Evolução do desempenho do mercado retalhista

Um mercado mais repartido para os consumidores de eletricidade



Redução da concentração de mercado

- Aumento da componente de mercado livre
 - 2007 – 11%
 - 2008 – 3%
 - 2009 – 18%
 - 2010 – 36%
 - 2011 – 50%
- Redução de quota do principal operador em mercado livre
 - 2007 – 58%
 - 2008 – 82%
 - 2009 – 65%
 - 2010 – 51%
 - 2011 – 42%

O que foi feito?

B. Realização do primeiro leilão de Produção em Regime Especial (PRE):

- 1.º leilão PRE registou uma procura inicial 7,15 vezes superior ao volume disponibilizado para o mercado;
- Foram colocadas ofertas iniciais de compra por um número total de 11 entidades, correspondente a um volume inicial de procura de 9.403.290 MWh (cerca de 19% do consumo de eletricidade em Portugal continental);
- O volume de contratos colocado no leilão teve subjacente um total de energia equivalente de 1.315.000 MWh (cerca de 2,6% do consumo de eletricidade em Portugal continental).
- O preço médio ponderado da energia adjudicada em leilão fixou-se em 53,12 €/MWh, alinhado com os preços de energia a futuro disponibilizados pelo OMIP.

O que foi feito?

C. Promoção da eficiência energética no sector elétrico:

- Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC) criado pela ERSE vai já na quarta edição, estando atualmente em implementação o PPEC 2011-2012.

PPEC 2007 + PPEC 2008 + PPEC 2009-2010 + PPEC 2011-2012:

**Benefícios
estimados**
(539 milhões €)

RBC=9x

Custos PPEC
(66 milhões €)

**Poupanças de
energia eléctrica
acumuladas**
(6 895 GWh)

equivale

**Consumo anual de
22% da população
portuguesa**

**Emissões de CO₂
evitadas**
(2,5 milhões tonCO₂)

equivale

**Emissões de 26% do
parque automóvel**

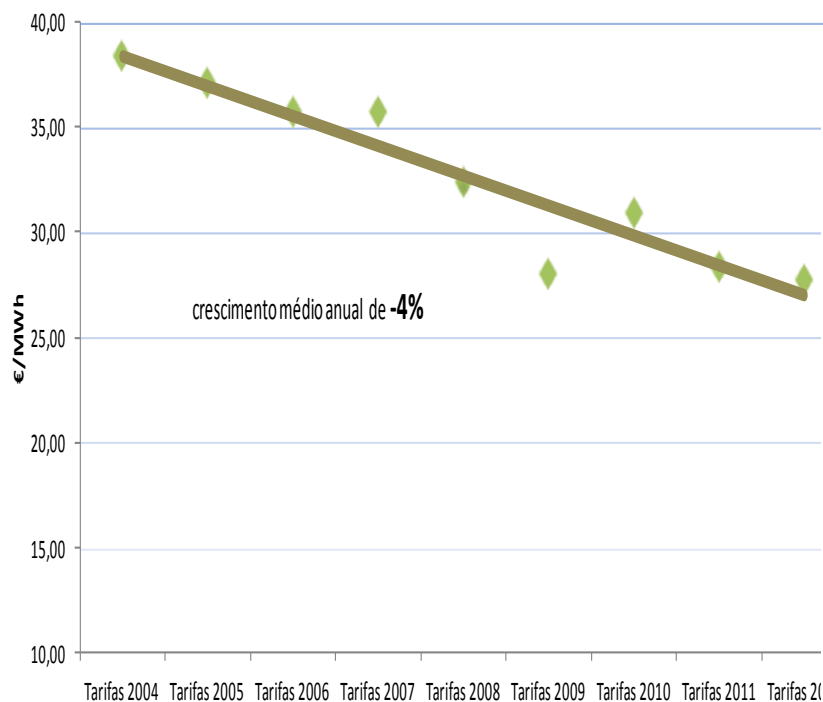
O que foi feito?

D. Regulação eficiente das redes e melhorias expressivas na qualidade de serviço:

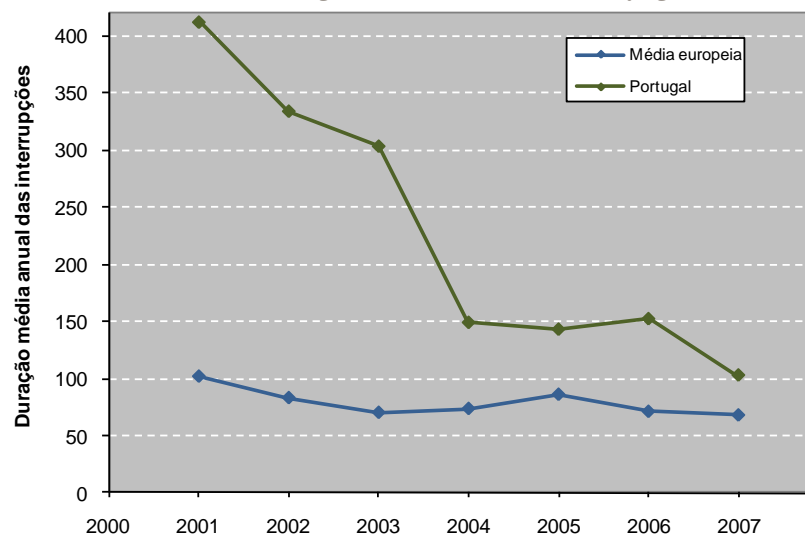
- metas de eficiência impostas às empresas permitiram baixar os custos em 4,5% ao ano;
- institucionalização do regulamento da qualidade de serviço permitiu aproximar índices de qualidade à média europeia.

Evolução da componente das redes

Evolução dos custos com as redes (€/MWh)

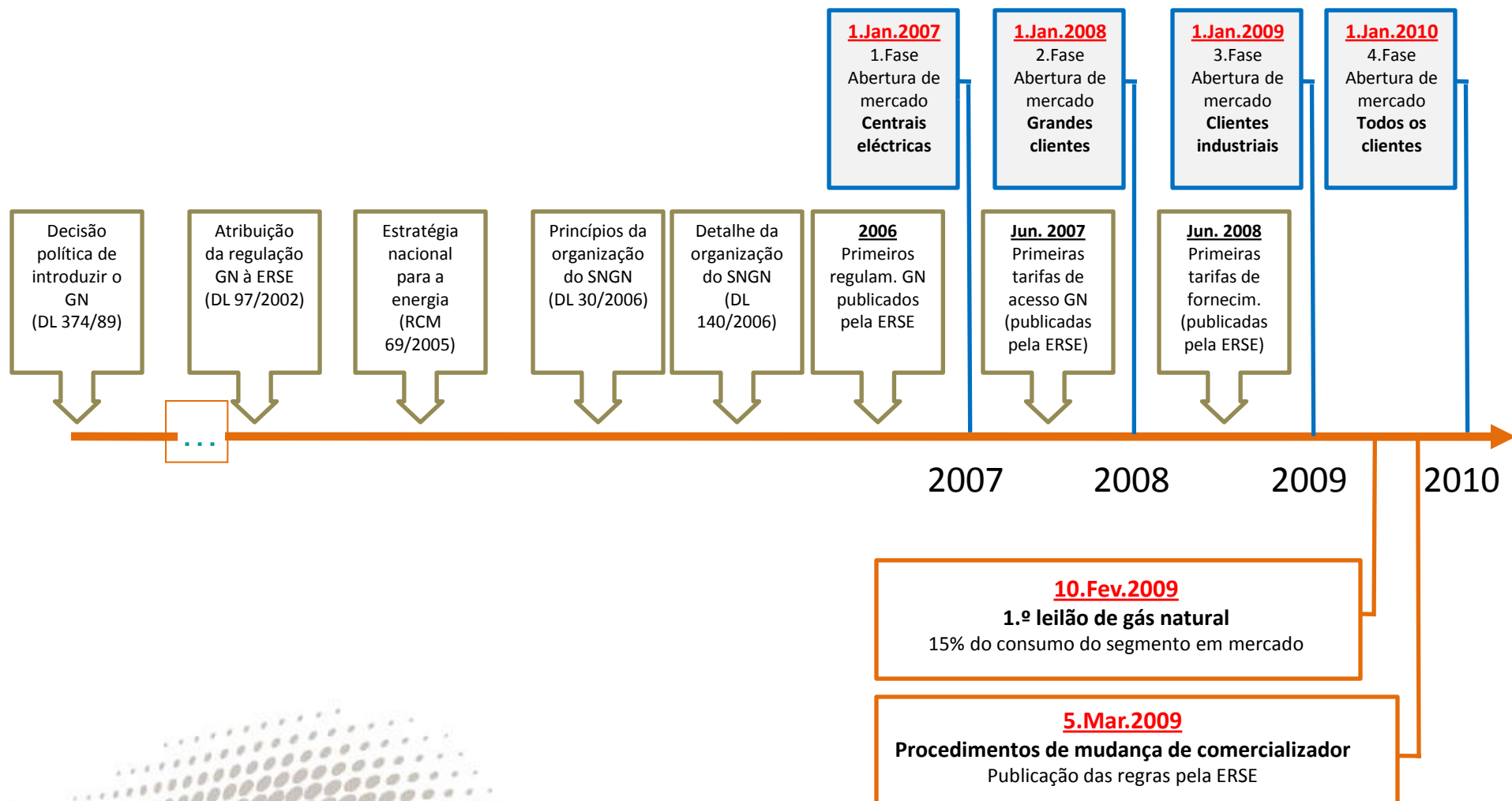


Duração das interrupções



Redução de custos unitários com ganhos de desempenho em qualidade

Liberalização do sector do gás natural em Portugal

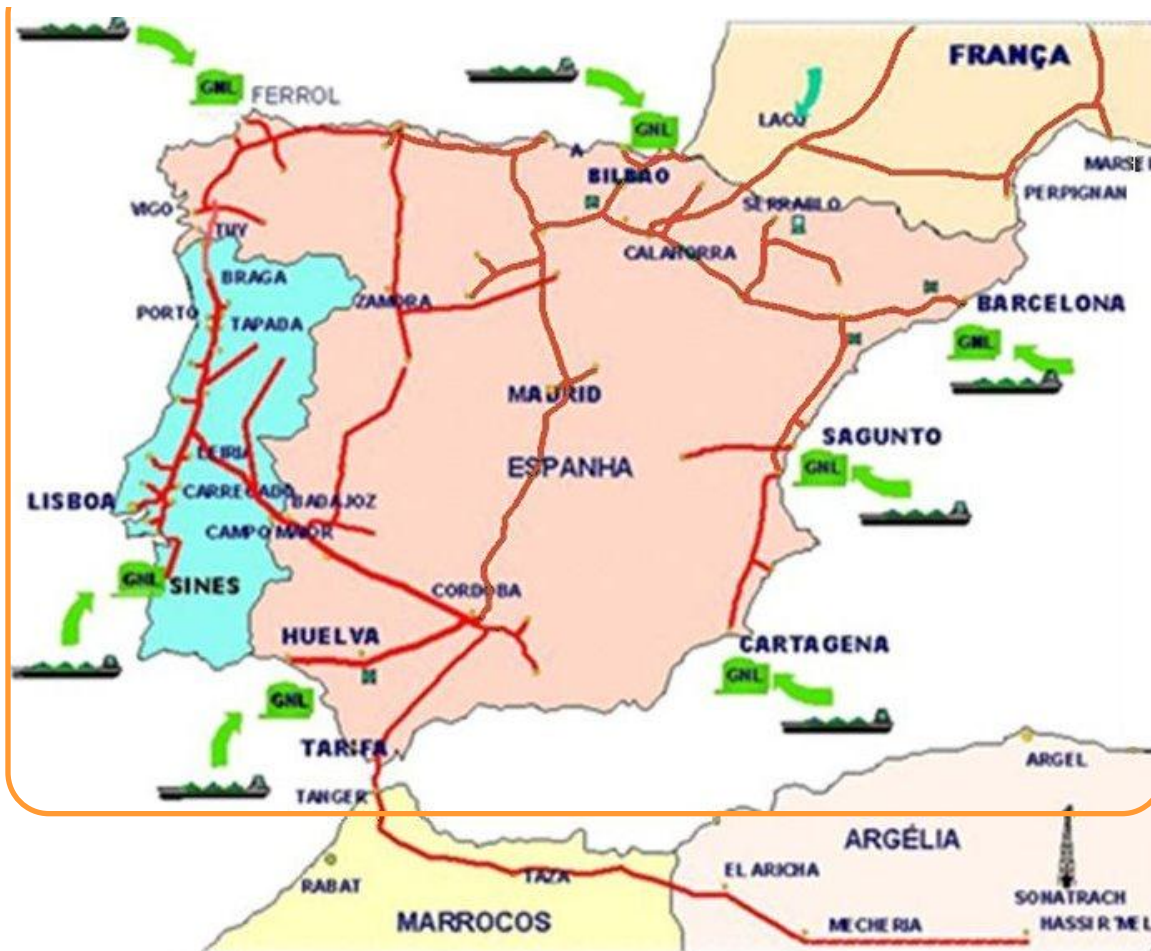


Alguns dos passos seguintes

- Promoção da concorrência, redução das barreiras à entrada e dinamização do mercado de gás natural com reflexos positivos nas tarifas e na qualidade de serviço (flexibilidade tarifária; reduzir as barreiras de acesso ao terminal e à rede de transporte);
- Desenvolvimento de mecanismos e instrumentos que estimulem desempenho eficiente das empresas reguladas, visando a redução dos custos unitários de utilização das redes;
- Reforço dos mecanismos de supervisão do mercado de gás natural e da actuação das empresas bem como dos instrumentos de monitorização do cumprimento dos regulamentos, visando a transparência e a defesa dos interesses dos consumidores.
- Criação e desenvolvimento do MIBGÁS. Este mercado é constituído por cerca de 7,3 milhões de consumidores (6,4 milhões em Espanha e 0,9 milhões em Portugal) envolvendo vendas anuais de cerca de 446000 GWh, o que o situa como o quarto mercado em termos de vendas na União Europeia.

3. MIBGAS

MIBGAS



MIBGAS:

- 450 TWh Consumo
- 7,5 milhões de consumidores
- 4.º Mercado de gás natural da Europa
- 7 Terminais de GNL representando 1/2 da capacidade de regaseificação da Europa
- 40% do consumo de gás usado em produção de electricidade
- Nível de interligação entre Espanha e Portugal elevado, situação que facilita o aprofundamento do MIBGAS (38% de utilização em base anual)

3. MIBGAS

ERSE e CNE estão totalmente empenhadas no aprofundamento do MIBGAS e darão todo o seu contributo nesse sentido!

2007:

Plano de Compatibilização da Regulação do Sector Energético entre Espanha e Portugal solicita à CNE e à ERSE a **definição dos princípios de funcionamento e organização do Mercado Ibérico do Gás Natural (MIBGAS)**.

2008:

ERSE e CNE aprovam documento com os princípios de funcionamento e de organização do MIBGAS. Documento objecto de consulta pública prévia integrando a visão dos vários *stakeholders*, definindo um **plano de acção** para o desenvolvimento gradual do MIBGAS.

2009:

ERSE e CNE submetem a consulta pública **proposta de reconhecimento mútuo das licenças de comercialização no MIBGAS**. A proposta foi bem recebida pelos *stakeholders* tendo sido aprovada em Janeiro de 2010 e enviada aos governos de Portugal e Espanha.

2010:

ERSE e CNE estão a preparar consulta pública com análise das **tarifas de acesso** aplicáveis aos fluxos entre Portugal e Espanha, tendo em vista a apresentação de **proposta de harmonização facilitadora do desenvolvimento do MIBGAS**.

O que foi feito?

A. Concretização do calendário de liberalização:

- mercado completamente liberalizado para todos os consumidores desde Janeiro de 2010: cerca de 90% do consumo industrial está já no mercado liberalizado;
- extinção das tarifas reguladas para consumos anuais superiores a 500 m³ e inferiores a 10.000 m³ a partir de 1 de Julho de 2012;
- extinção das tarifas reguladas para consumos anuais inferiores a 500 m³ a partir de 1 de Janeiro de 2013.

B. Flexibilização das tarifas de acesso às redes de gás natural:

- redução das tarifas de acesso ao terminal de Sines;
- variabilização das tarifas de curta duração no acesso à rede de transporte e ao terminal de Gás Natural Liquefeito;
- nova estrutura tarifária no acesso ao terminal de Gás Natural Liquefeito que permitiu baixar o preço de armazenamento de gás natural.

Evolução no mercado do gás natural

... e também para os consumidores de gás natural

REDES

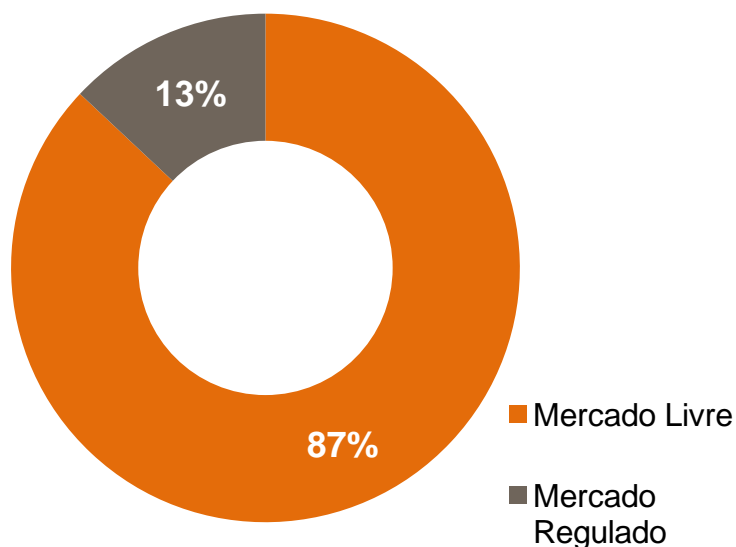
FLEXIBILIDADE

Introdução de mecanismos de utilização flexível do uso das capacidades nas infraestruturas (swaps regulados)

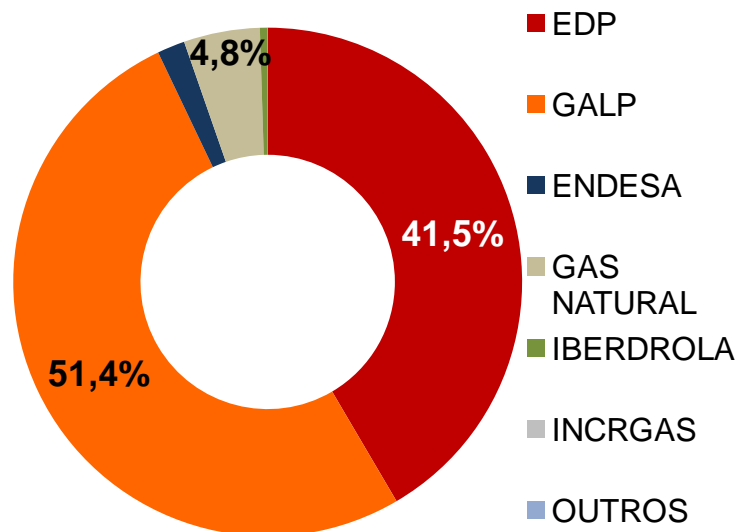
CUSTO

Introdução de tarifas de curta utilização para minimizar custos com as infraestruturas

Repartição do mercado (Jun 2011)



Quotas de mercado (2010)



FIM